



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SECRETARIA DE LICITAÇÃO, MATERIAL E PATRIMÔNIO  
SERVIÇO DE CONTRATOS

Proc.: 18.390/2019  
Andreia Morais

**Processo nº:** 18.390/2019

**Despacho nº:** 012/2020 – Serco

**Assunto:** garantia complementar – impossibilidade de endosso.

**Interessada:** ASSOCIAÇÃO DE CENTRO DE TREINAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESPECIAL – CETEFE

Senhor Secretário de Licitação, Material e Patrimônio,

Versam os autos sobre o **Contrato nº 21/2019** (peça 61), firmado entre o **TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF** e a **ASSOCIAÇÃO DE CENTRO DE TREINAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESPECIAL – CETEFE**, por meio de dispensa de licitação, com fulcro no inciso XX, artigo 24, da Lei nº 8.666/1993<sup>1</sup>.

2. O Ajuste tem por objeto a contratação de associação de pessoas portadoras de deficiência especializada para prestação de serviços de digitalização de documentos, incluindo sua preparação, higienização, digitalização, validação, controle de qualidade e indexação, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, em atendimento às necessidades do TCDF, por 12 (doze) meses, de acordo com as especificações e condições previstas no Ofício nº 103/2019 - Selic e seus anexos (peça 46).

3. Em 17/01/2020, a Contratada encaminhou o Ofício nº 018/2020 (peça 98), solicitando que a garantia complementar<sup>2</sup>, referente ao Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 21/2019 (peça 86), seja prestada por meio de depósito caução ou que seja dispensada devido ao baixo valor, no caso R\$ 75,60 (setenta e cinco reais e sessenta centavos).

4. A motivação do pedido decorre do fato de que a seguradora Junto Seguros, emissora da apólice relativa ao Ajuste em análise (peça 74), vem negando, desde novembro/2019, a contratação de novos seguros que tenham como objeto mão de obra em regime de dedicação exclusiva, uma vez que ela não possui produto que se adeque às exigências constantes da Circular Susep nº 577, de 26 de setembro de 2018 (peça 100).

5. A Contratada anexou ao seu pedido a justificativa apresentada pela seguradora, em 09/01/2020, acerca da garantia referente a um contrato firmado entre a CETEFE e o TRT da 10ª Região. No documento, a Junto Seguros informa que:

Ocorre que, estando confirmada pelo Segurado a utilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, é automaticamente aplicado o que disserta a Circular Susep nº 577, ou seja, que deve ser realizado o pagamento das obrigações Trabalhistas e Previdenciárias sem a necessidade de se aguardar o trâmite em juízo.

<sup>1</sup> Art. 24. É dispensável a licitação:

XX - Na contratação de associação de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgãos ou entidades da Administração Pública, para a prestação de serviços ou fornecimento de mão-de-obra, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

<sup>2</sup> Solicitada por meio da Convocação, acostada à peça 84.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SECRETARIA DE LICITAÇÃO, MATERIAL E PATRIMÔNIO  
SERVIÇO DE CONTRATOS

Proc.: 18.390/2019  
Andreia Morais

É por esse motivo que a Junto não pode mais atender à Garantia do Contrato TRT 10ª Região nº 089/2017.

Vale também ressaltar que essa alteração nas regras da Susep vem afetando recentemente todas as Seguradoras, sendo que a primeira afetada que temos ciência foi a Tokio Marine no início de Novembro/2019, conforme segue abaixo. Assim, todas as Seguradoras de Seguro Garantia que foram notificadas pela Susep desde Novembro/2019 não podem mais emitir Garantias que se enquadram na Circular Susep nº 577 até a devida regularização do clausulado.

[...]

Assim, a JUNTO SEGUROS passou a recusar Garantias que se enquadram na Circular Susep nº 577 somente em meados de Novembro/2019 e não temos prazo para regularização dessa situação, uma vez que a Seguradora depende de liberação da própria Susep para passar a comercializar produtos com o clausulado alterado pela Circular nº 577, e esse processo é burocrático.

6. Cabe esclarecer que a Circular Susep nº 577/2018 alterou a Circular nº 477 de 30 de setembro de 2013 (peça 99), e trouxe como principal inovação a inclusão de cláusula específica para cobertura de prejuízos sofridos pelo segurado, em razão do descumprimento de obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, em que haja responsabilidade subsidiária do tomador de serviço. A Circular também incluiu a obrigatoriedade de esse tipo de cobertura integrar as condições contratuais do seguro, sempre que o contrato principal for de prestação de serviço com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

7. Diante do atual imbróglio e, tendo em vista o baixo valor a ser apresentado a título de garantia complementar e, considerando ainda que a repactuação dos valores da mão de obra ocorrerá em breve<sup>3</sup>, este Serco propõe, com fundamento no subitem 6.6 da Cláusula Sexta do Contrato nº 21/2019<sup>4</sup>, que seja **AUTORIZADA** a apresentação da garantia complementar, referente ao Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 21/2019, no momento da convocação relativa ao próximo apostilamento.

À superior consideração.

Brasília, 28 de janeiro de 2020.

**ASSINADO DIGITALMENTE**  
**LUCIANA MOREIRA MOURA**  
Chefe do Serviço de Contratos

De Acordo.  
À SEGEDAM.

Brasília, 28 de janeiro de 2020.

**ASSINADO DIGITALMENTE**  
**LEONARDO JOSÉ ALVES LEAL NERI**  
Secretário de Licitação, Material e Patrimônio

<sup>3</sup> Data-base da categoria: 1º de maio, conforme Acordo Coletivo (peça 23).

<sup>4</sup> 6.6. No caso de utilização da garantia a **CONTRATADA** providenciará seu reforço no montante utilizado. Da mesma forma, também deverá atualizar o prazo e/ou valor da garantia, em caso de prorrogação e/ou aditamento contratual, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento de Convocação, prorrogável a critério do **CONTRATANTE**.